



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ANANÁS  
CNPJ: 00.237.362/0001-09  
www.ananas.to.gov.br



## PARECER N° 02/2022

### DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 33/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 268

**FINALIDADE:** Contratação de Pessoa Física ou Jurídica especializada no ramo para aquisição de lanches em geral e bolo confeitado de diversos sabores, destinados a serem servidos em eventos, reuniões, comemorações com recepção de autoridades da secretaria de administração e em atendimento ao gabinete do prefeito e secretarias vinculadas a Prefeitura de Ananás, conforme a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Administração (Pág. 02).

#### I-DOS FATOS:

Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, Processo Administrativo n° 268/2022, encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação, solicitando a análise e parecer opinativo, referente à Contratação de Pessoa Física ou Jurídica especializada no ramo para aquisição de lanches em geral e bolo confeitado de diversos sabores, destinados a serem servidos em eventos, reuniões, comemorações com recepção de autoridades da secretaria de administração e em atendimento ao gabinete do prefeito e secretarias vinculadas a Prefeitura de Ananás, conforme a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Administração (Pág. 02), por meio de dispensa de licitação. Conforme o Decreto n° 171 que designa o Agente de Contratação para conduzir os atos das licitações e contratações municipais lastreados na Lei Federal n° 14.133/2021. Em justificativa da Escolha do participante a CPL destaca o art. 75, II da Lei 14.133 de 1° de abril de 2021, no que concerne a dispensa de licitação. Em convencimento na justificativa da dispensa da CPL (Pág. 55), destaca a contratação da **Empresa ANGRA PEREIRA DOS SANTOS (PANIFICADORA PAULISTA)**, inscrita no CNPJ: 17.59.496/0001-01, RG: 5722483, com sede na **Avenida Duque de Caxias n° 163, CEP: 77.890-000, Ananás TO**. Sendo representada neste ato pela proprietária, a senhora ANGRA PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CPF: 027.877.511-05 e RG: 772.137 SSP-TO, residente e domiciliada na cidade de Ananás – TO. Tendo o **valor total de R\$: 32.120,00 (trinta e dois mil reais, cento e vinte reais)**, sendo que a mesma apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme Mapa de Apuração do Processo e Relatório dos fornecedores no Processo entende este Setor de Controle Interno que a contratação encontrar amparada pela Lei 14.133/2021, em seu artigo 75, inciso II. Foi apresentada Dotação Orçamentaria pelo setor contábil deste município, o que caracteriza a regularidade de recursos destinados a este tipo de aquisição e prestação de serviços.



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ANANÁS  
CNPJ: 00.237.362/0001-09  
www.ananas.to.gov.br



### RECURSOS FINANCEIROS

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA
04.122.0052.2002	3.3.90.30
04.122.0052.2005	3.3.90.30
20.122.0052.2014	3.3.90.30
13.392.1321.2030	3.3.90.30
18.122.0052.2036	3.3.90.30
15.122.0052.2037	3.3.90.30
08.244.1002.2046	3.3.90.30

### II – DA MODALIDADE ADOTADA:

A modalidade adotada no processo licitatório foi à modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, prevista na LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 NO ART. 75 INCISO II.

#### **ART. 75. É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO:**

**II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; grifo nosso.**

**Conforme o 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.**

#### **DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos.**

#### **ART. 75. É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO:**

**II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras;**

### III – DA ANÁLISE PROCEDIMENTAL:

O exame dos atos realizados nas fases interna e externa do processo licitatório demonstrou o que segue:

- Solicitação para abertura do procedimento licitatório (Pág. 02);
- Autorização de Abertura e Relatório de Conferência de Processos (Pág. 03 e 04);
- Cotação de preços (Pág.05 a 07);
- Decreto que designa o agente da contratação, Mapa de Apuração, Despacho do Gestor, solicitação sobre Dotação Orçamentária e certidão de Dotação Orçamentaria (Pág. 08 a 14);
- Solicitação de Disponibilidade financeira, Declaração de disponibilidade financeira e Termo de referência (Pág. 15 a 20);
- Aprovação do Termo de Referência (Pág. 21 a 25);



- g) Autuação da CPL (Pág. 26 a 27);
- h) Parecer Jurídico dando favorável ao Processo (Pág.28 a 34);
- i) Termo de Referência Aprovado (Pág. 35 a 38);
- j) Extrato de Publicação do aviso de licitação e Comprovante de Publicação do TCE/TO (Pág. 39 a 42);
- k) Proposta de Preço, Documentos de habilitação: Declaração do envio do SICAP-LCO; Cotação de Preços; Requerimento de empresário; Documentos da Pessoa Física (RG e CPF); Alvará de Licença, localização e funcionamento; Alvará Sanitário do Município; Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; Certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União; Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual – Pessoa Jurídica; Certificado de Regularização do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Certidão Negativa de Débito Municipal; (Pág. 43 a 58);
- l) Ata de Instalação dos trabalhos (Pág.59 a 60);
- m) Fundamento Legal, Justificativa da Dispensa de Licitação (Pág. 61 a 62);
- n) Justificativa da Dispensa da Licitação (Pág. 63 a 64);
- o) Justificativa da Escolha do Participante e Justificativa do Preço (Pág. 65 a 67);
- p) Ratificação do Ato de Dispensa de Licitação (Pág.68);
- q) Portaria de Dispensa (Pág. 69 a 70);
- u) Solicitação do Parecer do Controle Interno (Pág. 71).
- v) Termo de Adjudicação (Pág. 72 a 73).
- x) Termo de Homologação (Pág. 74 a 75).

#### IV - DA FUNDAMENTAÇÃO

A licitação, como se sabe, corresponde ao processo administrativo voltado à seleção da proposta mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse coletivo. As normas gerais acerca de licitação e contratos administrativos estão contidas na Lei nº 14.133/2021, bem como na Constituição Federal que consagra princípios e regras fundamentais acerca da organização do Estado. A licitação é regida por princípios gerais que interessam a toda a atividade administrativa, como os mencionados pelo art. 37, caput, da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Conforme previsto na Constituição Federal, Art. 37, inciso XXI, bem como, no Art. 75 da Lei 14.133/21. Excepcionalmente, contudo, está o administrador autorizado a deixar de licitar, efetuando a contratação direta nos casos previstos nos 74 (inexigibilidade) e 75 (dispensa) da referida Lei 14.133/21. Considerando ainda o disposto no Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21, é dispensável Licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. Contudo devem-se observar as formalidades previstas no Art. 72 da referida lei.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos se forem o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ANANÁS  
CNPJ: 00.237.362/0001-09  
www.ananas.to.gov.br



- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII- justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Inclusive cumpre recomendar também que, o ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido   disposição do público em sítio eletrônico oficial, bem como ser divulgado no Diário Oficial dos Municípios por força do disposto no artigo 176, inciso I, da nova Lei de Licitações. Recomenda-se também que seja disponibilizado em anexo o relatório de pagamento de cada viagem realizada. Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto   pretensão. Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda e termo de referência, consta, ainda, estimativa da despesa, mediante pesquisa direta com 3 (três) fornecedores, nota-se, ainda, que o valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Nova Lei. Da análise do dispositivo acima, faz algumas considerações que a quota municipal da contribuição social do s lario-educação tem por finalidade o financiamento de programas, projetos e ações voltadas para a educação básica, dentre os quais se incluem os programas suplementares de alimentação referidos nos artigos 208, VII, e 212,   4 , da Constituição Federal, anteriormente transcrito. Também as despesas, conforme o inciso II do   1  do art. 15 da Lei n  9.424/1996, serão realizadas para financiamento de programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento do ensino básico público. A Lei n  9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 70 da LDB, enumera as ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino. Salienta-se que neste ano de 2022 já houve uma dispensa de licitação, conforme contrato administrativo n  13/2022, dispensa de licitação n  10/2022, processo administrativo n  13/2022, valor total: R\$ 16.560,00 (dezesseis mil, quinhentos e sessenta reais), com vigência em 19/01/2022 e termino em 31/12/2022). Dessa forma, observa-se que houve um falta de planejamento.

Assim, a controladoria manifesta-se pela manutenção dos princípios da administração pública, bem como ainda dos princípios da nova lei de licitação, da segregação da função pública, da finalidade, indisponibilidade e LIMPE (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência). Contudo que há ausência de estudo técnico preliminar, ou seja, uma ferramenta de gestão nova que possibilitará a criação do documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, ou seja, o Plano de Contratação anual que tem como estudos técnicos prévios que indicassem a metodologia utilizada para aferição dos valores estimados na licitação em comento, bem como o levantamento das demandas históricas do município dos últimos dois anos, cujos valores serviriam de parâmetro é licitação atual justificando os seus valores estimados. Todo procedimento licitatório deve contemplar em sua fase interna no Termo de Referência a realização de estudos técnicos que viabilizem, com base no histórico de demandas do ente, a necessidade que a licitação precisará suprir, tornando minimamente previsível a relação entre os meios adotados e os fins visados. Não sem motivo, o legislador, por meio do art. 72 da Lei n  14.133/2021, aponta como elemento essencial ao projeto básico a delimitação das soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ANANÁS

CNPJ: 00.237.362/0001-09  
www.ananas.to.gov.br



minimizar a necessidade de

reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo, cujo TCE/TO está julgando as contas irregulares de Exercícios atuais, por falta de planejamento por parte da Administração Pública. Importante destacar que a comissão de licitação conforme o Art. 6º, inciso. L da Lei 14.133/2021 que determina a comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares na condução do certame e autorização é de responsabilidade do gestor da pasta.

Recomendo que sejam colocados em anexo os relatórios com a demanda, descrição do produto e da quantidade de aquisição dos produtos (lanches, bolos, entre outros) utilizados, como também a descrição para qual local e/ou secretaria foi destinada o lanche. Recomendo que seja incluída a designação do fiscal do contrato no próprio instrumento para atender integralmente todos os dispositivos da lei 14.133/2021 do art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição. Visto posterior, que será cumprida todas as etapas seguintes, desde a Adjudicação, Homologação, Contrato e suas devidas publicações, respeitando prazos e a execução contratual, empenho, emissão de notas e liquidação com análise e acompanhamento do fiscal de Contratos e deverá conter a relação da aquisição e justificativa da necessidade e previsão financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Ananás - TO.

#### V-CONCLUSÕES

Em face do exposto, por existirem justificativas para a Dispensa de licitação para Contratação do objeto conforme citado, concluímos que a controladoria manifesta-se pela manutenção dos princípios da administração pública, bem como ainda dos princípios da nova lei de licitação, da segregação da função pública, da finalidade, indisponibilidade e último, o princípio do Edital, sendo para SELECIONAR A MELHOR PROPOSTA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NO RAMO PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES EM GERAL E BOLO CONFEITADO DE DIVERSOS SABORES, DESTINADOS A SEREM SERVIDOS EM EVENTOS, REUNIÕES, COMEMORAÇÕES COM RECEPÇÃO DE AUTORIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E EM ATENDIMENTO AO GABINETE DO PREFEITO E AS SECRETARIAS VINCULADAS A ESTA PREFEITURA, CONFORME A SOLICITAÇÃO FEITA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (PÁG. 02). É importante salientar que o lanche é visto como alimentação que é considerado um direito garantido pela Constituição Federal. Desta feita, retomem-se os autos à Secretaria Municipal de Administração que é a solicitante, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

É o parecer.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANÁS, 22 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2022.**

*Bruna Michelle Silva Cavalcante Brasil*  
BRUNA MICHELLE SILVA CAVALCANTE BRASIL  
Controladora Interna